

economicando

Por João Mosca

Crise do Kapital

Uma parte do mundo desenvolvido e particularmente a Europa do Sul atravessa uma crise prolongada. Este texto procura dar um contributo para a interpretação desse fenómeno.

O agravamento da situação surge aquando da crise de 2008 – 2009. Primeiro, foram os preços do petróleo e dos alimentos que geraram as mais diversas reacções de política económica. Depois ou simultaneamente, estalou a crise financeira que teve como causa próxima um problema de liquidez/falência dos bancos devido a créditos mal parados, sobretudo o imobiliário, ao que se acresceram governações corruptas de alguns sectores e/ou instituições financeiras facilitadas por ausência de mecanismos e de instrumentos legais de regulação e fiscalização por parte dos respectivos bancos centrais. Ou simplesmente existiu a política de não regulação em contextos de predomínio das políticas ultra liberais.

O debate sobre a política económica foi diverso. Ressurgiram neo-keynesianos defendendo maiores intervenções públicas na acção de regulação e fiscalização. Neomarxistas referiam a crise do capital à escala global e o fim do capitalismo tal como é e era no século XX. Os neo-liberais responderam com a necessidade de ampliação e abertura dos mercados para mais expansão do capital, referindo que a regulação agravaria as distorções institucionais e dos mercados e agravaria a corrupção. Países responderam com medidas proteccionistas, constituindo enormes reservas energéticas e alimentares. Alguns governos adoptaram políticas monetárias e fiscais expansivas (anti cíclicas) para contrariar o decréscimo do PIB, mais desemprego, retração do consumo e consequentemente da demanda interna, queda da confiança dos cidadãos na economia, etc. Os institucionalistas procuraram demonstrar que os factores institucionais (cultura, mercados,

organizações, governação, políticas, corrupção, etc.), eram a base justificativa da crise.

Face a uma inicial recuperação económica em resposta às políticas fiscais e monetárias expansivas (aumento do investimento e dos gastos públicos, redução da taxa de juro e incentivos ao crédito e ao investimento privado, etc.), ressurgiu nova crise, agora com origem e concentrada sobretudo nos países menos desenvolvidos da Europa. É o que designa como o ciclo em W (crise – recuperação parcial de curto prazo – crise). Porque isto aconteceu sobretudo nos países menos desenvolvidos da Europa e em menor escala nas economias mais desenvolvidas?

A interpretação mais comum e aquela que vem nos manuais de economia e é a seguinte. As medidas sobre a economia nominal são necessariamente de curto prazo e as medidas expansivas não provocaram reacções das economias reais criando riqueza, gerando emprego, aumentando os rendimentos das famílias e equilibrando as contas públicas (perda de receitas fiscais devido ao abrandamento do crescimento económico, mesmo se a carga fiscal tivesse aumentado). Consequentemente, as políticas iniciais de combate à crise, porque expansivas, criaram mais défice, dívida pública e retomas da inflação, tornando-a insustentável.

As economias desenvolvidas, incluindo as do sul da Europa, assentaram a expansão económica nas exportações, porque os respectivos mercados internos possuem margens de expansão limitadas do lado da procura (baixo ou negativo crescimento demográfico e rigidez dos rendimentos das famílias). As exportações das economias menos desenvolvidas, por possuírem menor competitividade, não responderam ao ponto de fazer crescer a economia, o emprego e as receitas públicas para a redução da dívida soberana. A fase seguinte às políticas expansivas é a aplicação de medidas de ajustamento

necessário com a intenção de reduzir a dívida, afectando a procura interna (contenção salarial e das pensões, medidas de austeridade, redução dos gastos, mais impostos, menos investimento público, etc.), que conduzem a novos períodos de crescimento negativo e suas consequências (desemprego, queda do consumo e da confiança dos cidadãos na economia). É o ciclo desvirtuoso.

Num mundo crescentemente globalizado em alguns aspectos, a crise prolongada pode ser considerada como um fenómeno à escala mundial, onde os países mais desenvolvidos têm maior capacidade de resistência, protecção e de exportação das crises para além das suas fronteiras. São as economias mais competitivas capazes de fazer crescer o PIB através das exportações e com contenção das variáveis que influem sobre a demanda interna, com padrões de acumulação internos, com mecanismos endógenos de reprodução e com tecidos produtivos de bens e serviços com capacidade concorrencial. Este processo conduz inevitavelmente à concentração da riqueza nas economias mais desenvolvidas.

A crise nos países menos desenvolvidos da Europa e a concentração de recursos nos países mais desenvolvidos nestas condições, provocou necessariamente mais pobreza e, sobretudo, facturas desiguais a serem pagas pelos diferentes grupos sociais. São as classes médias e pobres as que menos contribuem para a crise e são elas as que mais suportam os seus custos. E isto é cada vez menos tolerado nas sociedades desenvolvidas. Em consequência, surgem as greves, manifestações e lutas de rua que terminam por, a curto prazo, agravar a crise e não alterar o fundamental das políticas. A luz ao fim do túnel não aparece.

Nessas sociedades, a tradicional divisão de classes e o papel dos partidos e dos governos na sociedade está posta em causa. Os interesses sociais estão muito segmentados, existem organizações de diversos tipos com grande capacidade de intervenção política, social e mediação. Elas representam esses interesses segmentados e por isso são as que respondem directamente aos problemas dos seus associados. Contrariamente, os governos e as políticas económicas não reflectem os mosaicos complexos da sociedade, sendo assim cada vez menos representativos dos cidadãos (é a supremacia do paradigma do indivíduo sobre o paradigma do colectivo).

Os partidos políticos estão cada vez mais isolados da sociedade, reproduzindo-se em burocracias profissionalizadas que procuram mobilizar franjas cada vez maiores de votos não fidelizados. Os povos querem participar, não toleram a corrupção e a iniquidade fiscal e das facturas das crises. Os políticos são cada vez burocratas que defendem o poder a qualquer custo porque lhes permite, a eles e aos grupos de interesses, acesso a recursos, poder e prestígio. A democracia tal como é actualmente, está em crise.

Do referido anteriormente, pode sugerir-se: (1) a persistência de políticas económicas incapazes de superar a crise; (2) a diversificação dos interesses e das representatividades políticas e sociais; (3) a inexistência de organizações articuladas e democráticas aglutinadoras dos movimentos sociais em defesa de ideais e projectos de longo prazo para as sociedades. Em resumo, os poderes não conseguem resolver a crise e os movimentos sociais ainda não possuem força e organização para impor mudanças de ruptura; e, (4) políticas económicas de ruptura implicam alterações profundas nos sistemas políticos e do poder económico.

Muitos cientistas e observadores referem existir uma crise teórica e ausência de referências (casos semelhantes do passado ou presente). O autor deste texto concorda parcialmente com a chamada crise teórica. Mas defende que a crise é ainda de baixa intensidade e porque as ideologias políticas e económicas não têm alternativas sistematizadas e suportadas por forças sociais de mudança. Os grandes interesses económicos das multinacionais e os objectivos estratégicos de alguns países não estão em perigo, o que faz supor não ser irremediável a adopção de políticas de ruptura. Está-se em períodos de gestão de crises sucessivas e de intensidade variável, o que é um fenómeno inerente ao capitalismo (teoria dos ciclos). Simplesmente, os ciclos são cada vez menor duração (e portanto mais frequentes) e da maior variabilidade (profundidade das crises cada vez maiores).

Em crise, o capital continua a acreditar na capacidade do modelos económicos convencionais se regenerarem, de internalizarem os factores da crise e de fazerem ajustamentos sem alterar as hipóteses principais das políticas económicas. A cidadania está mudando e colocando em causa a burocratização da democracia formal. Pode-se visitar Schumpeter na sua teoria sobre a teoria da "destruição criativa" do capitalismo. Ao contrário de Karl Marx, defendia a passagem irremediável ao socialismo com base em movimentos de massas e pelo papel dos intelectuais, através da consciência dos cidadãos contra o sistema injusto do capitalismo e a concentração da riqueza. Daqui a algumas décadas, a hipótese de Schumpeter poderá ser aceite ou refutada.

Menopausa no masculino

*"Aconteça o que acontecer, aprendo!
Ganho sempre..."*
Marguerite Yourcenar

Por Paula Babrulu

Há dias, vi e ouvi numa das nossas estações televisivas, um debate sobre a menopausa. Mais um daqueles momentos que as mulheres, forçosamente têm que atravessar e que começam logo aos 11 anos de idade com a menarca! Quem debatia o tema? Eram mulheres com experiência no assunto, como seria natural e desejável? Nem uma ali estava... A coordenadora era uma jovem, que nem trinta anos devia ter, mas pelo menos uma mulher interessada pelo tema e com alguma informação teórica, assim me pareceu. Mas e os convidados? Inacreditável... eram todos homens. Três homens a falarem durante mais de uma hora sobre a menopausa das mulheres... que tristeza!!! Eu como mulher senti-me insultada, desprezada, humilhada. Não há mulheres neste país? Um assunto tão importante para as mulheres a ser tratado de uma maneira tão superficial e enganosa por três machos que defendiam o seu machismo de forma descarada... que náusea!!! Um deles

dizia que as mulheres na menopausa não têm prazer sexual... ah ah ah... é conveniente, pois assim justificam as amantes que vão coleccionando... outro dizia que tratava os sintomas da menopausa com ervas para a malária ah ah ah... o médico ginecologista gaguejava e repetia-se em superficialidades. Porque não estavam lá só mulheres?? Mulheres que iriam dar a sua experiência sobre o assunto que iriam dizer que sim têm prazer e vida sexual como há 20 anos e até melhor pois o receio de engravidar já não existe, não há stress pela pressão do emprego nem por competição profissional, não se pensa mais na progressão da carreira nem na educação dos filhos, sim nesta fase as mulheres são mais seguras e experientes de vida têm mais inteligência emocional adquirida ao longo dos anos, têm netos que dão alegrias totais e cumplicidades únicas e tudo isso lhes dá felicidade e vontade de viver em pleno em todas as áreas, incluindo a sexual...

Fiquei triste, muito triste, que nenhuma das mulheres que telefonou tenha feito um comentário sobre a ausência de mulheres no debate. Parece que acharam natural serem apenas homens a comentar um assunto feminino. Ainda muito, muito trabalho precisa de ser feito para libertar a mulher no nosso País...



Fungulamaso

Email: carlos.serra_maputo@yahoo.com

Portal: <http://www.oficinadesociologia.blogspot.com>

Carlos Serra

244

Simetria corporal, simetria mental

Se na era colonial o objectivo era o de gerir corpos úteis produtores de matérias-primas, no pós-independência moçambicano o objectivo era o de gerir mentalidades revolucionárias produtoras de uma sociedade nova. Lá, procurava-se a simetria corporal; aqui, a simetria mental.

O que interessava aos gestores do pós-independência não era o rendimento dos corpos, mas o rendimento da mentalidade revolucionária; era bem menos a quantidade de cocos colhidos, do que a qualidade revolu-

cionária das mentalidades novas que podiam colher cocos; enquanto para os colonialistas a população só tinha sentido enquanto reservatório de mão-de-obra, para os revolucionários a sua importância advinha do grau de porosidade política às mobilizações (montante do processo) e às regenerações sociais (juzante do processo).

la-se à aldeia colonial recrutar corpos para o trabalho; ia-se à desejada aldeia revolucionária mobilizar mentalidades novas para o futuro.